

SUBJETIVIDADE, IDENTIDADE E TESTEMUNHO NA ESCRITA DA HISTÓRIA: ALGUMAS REFLEXÕES

SUBJECTIVITY, IDENTITY AND TESTIMONY IN WRITING OF HISTORY: SOME REFLECTIONS

RAFAEL HANSEN QUINSANI¹

Recebido em: 31/10/2010

Aprovado em: 01/02/2011

“Os historiadores têm como ofício alguma coisa que é parte da vida de todos: destrinchar o entrelaçamento de verdadeiro, falso e fictício que é a trama do nosso estar no mundo”
(GINZBURG, 2007, p. 14).

RESUMO

Este trabalho busca analisar e correlacionar os elementos subjetividade, identidade e testemunho, colocados em destaque pelo debate historiográfico recente, bem como levantar algumas implicações desta correlação no processo de escrita de história.

Palavras-chave: Teoria e Historiografia; Subjetividade; Testemunho.

ABSTRACT

This article seeks to analyze and correlate the elements subjectivity, identity and testimony given prominence by the recent historiographical debate and raise some implications of this correlation in the process of writing history.

Keywords: Theory and Historiography; Subjectivity; Testimony.

Este artigo busca analisar os elementos subjetividade, identidade e testemunho, destacados a partir dos autores Beatriz Sarlo (2007), Ernesto Laclau (1996) e Elias Palti, (2007), apontando as implicações concernentes ao processo de escrita da história.

Ao questionar a transformação do testemunho em ícone de verdade pelos relatos históricos construídos após o fim dos períodos ditatoriais, Sarlo (2007) elenca um histórico sobre os diversos elementos relacionados ao processo de escrita da história e às suas relações com os historiadores que as executam. Iniciando o debate em um âmbito mais amplo, essa autora aponta o caráter conflituoso do passado e sua relação com o presente. Nos dias atuais, um paradoxo pode ser observado: verifica-se um aumento do enfraquecimento do passado pela supervalorização do instante, mas, concomitantemente, a história adentra no mercado simbólico do capitalismo tardio de forma abrangente. Ligados a este processo, não se descolam uma renovação e uma variação das fontes utilizadas pela história, pelas quais as visões do passado irrompem no presente através de narrativas. Se a história construiu as regras e os métodos de sua disciplina para supervisionar os modos de reconstituição do passado, no mercado simbólico desse capitalismo tardio, a “história de grande circulação” revela-se mais sensível às estratégias do presente, organizando-se através de esquemas explicativos, conforme necessidades afetivas, morais e políticas. Mudam as fontes, alteram-se as

¹ Doutorando em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: rafarhq@yahoo.com.br.

temáticas. Focados no detalhe e buscando perceber o cotidiano, sua capacidade de transgressão e variações dos indivíduos que, sob as narrativas produzidas em anos anteriores, estavam encobertas pelo seu enfoque estrutural, reinscrindo novas exigências de métodos para serem aplicados aos “discursos de memórias”.

Nesse discurso, Narração e Experiência se inter-relacionam na medida em que a primeira insere uma nova temporalidade, que se atualiza constantemente e que não corresponde àquela do seu acontecer. Com isso, quebra-se a continuidade da experiência, nem tanto pela diferença geracional, mas pela imposição do novo ao velho, pela aceleração do tempo. Nesse contexto, Paul de Man critica a possibilidade de equivalência entre o eu (a primeira pessoa, que relata) e o relato, utilizando, como exemplo, a autobiografia. O autor afirma que ela não se diferencia de uma ficção escrita em primeira pessoa. Derrida, por sua vez, aprofunda essa crítica, destacando que não possuímos bases filosóficas para definir experiência e, no processo de relembrar, o único fundamento da primeira pessoa é seu próprio texto.

A produção dessas narrativas introduz o Dever de memória, que traz consigo o direito de veto e ressarcimento, afetivo e moral, do passado. Este ponto insere uma diferença no trabalho realizado pelo historiador, pois, para Sarlo (2007), não há equivalência entre o direito de lembrar e a afirmação de uma verdade da lembrança. Assim, afluem, nesse contexto, verdades subjetivas, que afirmam saber o que estava oculto há três décadas pelas “ideologias”. Esse campo de conflito instaurado transforma os combates pela história em combates pela identidade.

Ernesto Laclau (1996) aponta que a morte do sujeito e o crescente interesse pelas identidades não são tão contrastantes. A forte valorização da subjetividade teria, como pré-condição, a propagada morte do sujeito. Contudo, esse sujeito ressurgiria como resultado de sua própria morte, atrelado a novas identidades, criadas com a dissolução dos lugares em que os sujeitos universais falavam. Considerando esses pontos,

o autor traça uma genealogia da relação entre particularismo e universalismo. Na tradição do cristianismo, a relação entre essas duas categorias pertence à esfera divina e não está acessível à razão humana. Tal relação, conceituada como encarnação, não estabelece uma conexão racional com o corpo que encarna, pois “deus” ocupa o lugar de agente privilegiado. Isto muda com o Iluminismo, em que a razão toma de assalto este lugar, fazendo com que tudo ao seu redor deva ser transparente a ela.

No século XIX, o ponto de vista universalista encontra uma relação imbricada com a cultura europeia, justificando sua função civilizatória, pois aqueles particularismos “sem história” e “atrasados” deveriam passar a fazer parte da história, mesmo que isso ocorresse à força. Este fato reinsere a lógica da reencarnação para a Europa, como a portadora e digna representante dos interesses universais da história em construção.

Qual seria, então, a melhor solução para um viés alternativo? Laclau (1996) refuta a possibilidade de confrontos que extirpam qualquer possibilidade de consenso no meio social. O particularismo puro acaba aceitando todos os tipos de identidades, como o reacionarismo. Mas construir uma identidade diferente, opondo-se ao que está à margem dela, não é uma atitude progressista. O autor argumenta que a pré-condição de um regime democrático é a ausência de solução para este paradigma, pois a viabilidade democrática se constitui na impossibilidade do universal se alocar em um corpo e pelo fato de diferentes grupos competirem entre si, para dar ao seu particularismo um caráter universal de modo temporário.

O aumento da produção e abrangência da história não acadêmica, destacado por Sarlo (2007), reflete, claramente, a preponderância que as memórias obtiveram no plano cultural, sendo responsáveis, principalmente, pela retomada do debate político e jurídico, em contraponto a um silêncio institucional, que somente nos últimos anos vem sendo rompido.

As memórias são elementos chave na reconstrução de identidades individuais e

coletivas, seja pela continuação das lutas políticas proporcionadas, seja pela sua importância em outros contextos (atuais) e para outros indivíduos. Há uma constante tensão entre o temor do esquecimento e a presença do passado. Isso evidencia a impossibilidade de não se poder retornar ao contexto vivido e os efeitos posteriores dos fatos experimentados, que independem da consciência dos indivíduos.

Contudo, pode-se argumentar que a experiência de um momento é capaz de modificar períodos posteriores, já que, na sua existência, os sujeitos se movem em futuros passados, futuros perdidos e passados que não passam (JELIN, 2002, p. 13). O centro das memórias e das identidades está relacionado com um sentido de permanência ao longo do tempo e do espaço. Elas não são “coisas” sobre as quais pensamos, mas “coisas” com as quais pensamos, em que o processo subjetivo é ativo e interligado socialmente. Passado e memória são seleções, e suas operações implicam não só um único esquecimento, mas múltiplas situações de esquecimentos e silêncios, conforme diferentes usos e sentidos.

Sarlo (2007, p. 19) afirma que a crítica da luta armada, durante o período da ditadura militar argentina, parecia tragicamente paradoxal no momento em que os militantes eram assassinados. Essa crítica não apenas parecia, mas era e continua sendo paradoxal. A condenação do Terrorismo de Estado² realizada com as memórias e os testemunhos das vítimas do regime, constituindo um campo de conflitos juridicamente aberto, não é questionada pela autora, pois seu enfoque é o privilégio do relato em primeira pessoa como fonte inquestionável. Mas o peso do passado e sua permanência não desconectam esses fatores. Justiça e verdade se confundem e se misturam, porque o sentido sobre o qual se luta é parte da

demanda da justiça desejada e necessária do presente.

O dever de memória não deve colocar em oposição binária as narrativas dos testemunhos e a história oficial. É compromisso, profissional e de cidadão, de todo historiador profissional verificar e corrigir suas fontes. Toda pergunta é uma forma de normalização, que qualquer operação, seja historiográfica, seja literária, executa. O processo de seleção também ocorre na vida cotidiana, pois todo homem escolhe espectros da realidade que o envolve.

Para o historiador, o critério a ser mantido continua sendo o sentido de utilidade social, presente tanto perceptivelmente, quanto veladamente (FONTANA, 2004, p. 402). Quando o que se quer narrar constitui-se em uma difícil lembrança, esse horror do passado também é o que se quer esquecer. A memória informa o presente, mas quando se liga a ela alguma questão traumática do passado, mais que informar, a memória invade o presente em todas as suas instâncias. Cabe destacar que este ponto de vista agrega duas dimensões de ação da história: o relato daquele que sofreu e o reconhecimento daquele que torturou, isto é, empreendeu (indivíduos e/ou instituições) o Terrorismo de Estado, bem como sua forma de atuação.

A objetividade e a subjetividade foram pensadas de diferentes formas no processo de escrita da história, conforme diversas épocas e contextos. O conhecimento objetivo seria aquele que ordenaria, que seria estável, universal, atemporal, isento de emoções e analítico (REIS, 2006, p. 152). No processo de racionalização modernizadora da disciplina história, a objetividade seria uma garantia das investigações históricas. Criou-se uma atitude objetivista (RÜSEN, 1996, p. 87), que permite ao historiador ultrapassar os elementos subjetivos, embasado em uma determinada concepção de história.

As críticas do discurso pós-moderno concentram-se na igualdade entre a linguagem da ficção e da história. Como a história seria construção do sujeito, não tendo um

² Entendemos Terrorismo de Estado um modelo estatal contemporâneo que se vê obrigado a transgredir os marcos ideológicos e políticos da repressão “legal” (aquela consentida pelo marco jurídico tradicional) e que deve apelar a “métodos não-convencionais”, intensivos e extensivos, para aniquilar a oposição política e o protesto social, armado ou desarmado. Ver Bonasso (p. 9, apud PADRÓS, 2005).

enfoque exterior ao humano, os elementos subjetivos seriam incontroláveis. A fronteira entre a ficção e o discurso histórico torna-se cada vez mais turva, o que acaba levando os historiadores a refletirem sobre sua prática de trabalho, enfocando o aspecto metodológico e evitando questões filosóficas mais amplas. Essa postura relativista de caráter cético agregaria à história a tolerância e a alteridade, ausentes nas formas de discurso histórico anteriores. A verdade estaria ligada à eficácia da narração, o que poderia levar à desconexão entre prova, verdade e história. (GINZBURG, 2007, p. 210-230).

Com base nesses fatores, questionamo-nos se é possível falar em objetividade e qual o grau de sua operacionalidade. O processo de cognição histórica constitui-se em um procedimento mental de dois polos: um objetivo, constituído pelas experiências verificáveis das fontes; outro subjetivo, ancorado na orientação para a vida prática. (RÜSEN, 1996, p. 97-101). A objetividade seria a união do pensamento à experiência, na qual a pluralidade de perspectivas não seria seu entrave, e colocaria limites às interpretações históricas, estabelecendo critérios de validade, consciente da existência dos elementos subjetivos. A exclusão da subjetividade tornaria o conhecimento a-humano, levando-nos a esquecer que também fazemos parte da história. (SCHAFF, 1987, p. 279-310).

Assim, ganha terreno, na escrita da história, o conceito de representação, entendido como forma de composição de uma visão histórica socialmente produzida, à qual está associada a maneira de narrar e descrever. A relação do conteúdo da produção histórica com a realidade constitui-se um problema histórico de grande interesse. Como uma fonte histórica não tem a pretensão de ser produzida para ser uma fonte histórica, devemos reconhecer e identificar os códigos das mediações históricas e interligá-los com os indivíduos criadores e produtores (BANN, 1994, p. 54). História e ficção constituem um desafio atual, como bem lembrou Koselleck. Cabe a nós destrinchar a ficção, contida no evento representado, do factual;

e a facticidade, contida em fontes como os testemunhos, do fictício. (KOSELLECK, 2006, p. 141 e 251).

Partindo para o âmbito conceitual, no contexto de guinada ao subjetivismo e à reflexão sobre identidades, a análise de Elias Palti (2007) sobre a atuação dos conceitos políticos na contemporaneidade indica que nenhuma categoria política moderna pode fixar seu sentido, mas somente ser refutada ou alterada em seus significados. Palti (2007) traça uma história metodológica das diversas formas de abordagem dos conceitos. A “velha tradição” da história das ideias necessita historicizar os conceitos em um molde típico ideal.

Outro viés seria ir além da crítica e da desconstrução conceitual, levando a disciplina a um terreno novo, o da História das linguagens políticas. Neste, as linguagens não se constituiriam de simples conjuntos de ideias, indeterminados semanticamente. A reconstrução de contextos não implica, para o autor, a saída do plano dos discursos. Deve-se levar em conta o princípio da incompletude constitutiva dos discursos, que não são entidades logicamente integradas e autoconscientes, passíveis de fixar sentidos, e, por isso, de refutações.

Após a década de 1960, o crescente abandono da história social levou a abordagens culturalísticas, e as principais críticas à disciplina histórica vieram do campo da linguística. Criou-se uma teoria tropológica do discurso, segundo a qual a história se equivaleria a uma estrutura verbal em forma de discursos orquestrados em prosa narrativa (FONTANA, 2004, p. 400). Da crítica dos elementos empíricos, passou-se a questionar as abordagens conceituais, chegando até à relativização, tal como a proposta de Elias Palti (2007). A crítica à temporalidade empregada na análise dos conceitos se relaciona com o questionamento das análises de longa duração ancoradas na diacronia histórica.

Uma consciência crítica dos textos ajuda o leitor a se proteger de análises anacrônicas, mas não podemos permanecer paralisados, como se os textos não fossem sus-

cetíveis de uso. Realmente, em um primeiro momento, a história dos conceitos se ocupa da análise de textos e vocábulos, enquanto a história social se serve dos textos para deduzir fatos que não estão presentes no próprio texto. No entanto, as duas áreas se conectam e prescindem uma da outra, uma vez que a história dos conceitos utiliza um método especializado de crítica das fontes, que atenta para o emprego de termos relevantes do ponto de vista social e político.

Diferentemente da abordagem de Palti (2007), Koselleck (2006) relaciona o desenvolvimento da história dos conceitos, primeiramente, a uma crítica à descontextualização da tradução; posteriormente, a uma crítica da história das ideias; e, por fim, à formação de uma delimitação mais precisa, indicada por ele com os campos de espaço de experiência e horizonte de expositiva, pois estas duas categorias históricas trazem imbricadas sincronia e diacronia. “Toda semântica se relaciona a conteúdos que ultrapassam a dimensão lingüística” (KOSELLECK, 2006, p. 103). Um conceito sempre se mantém polissêmico, constituindo um vocábulo que concentra múltiplos significados, reunindo em si diferentes totalidades de sentido e indicando conteúdos compreendidos por ele, ao abrir horizontes e/ou limitar a experiência. Toda historiografia se movimenta em dois níveis: examinando fatos já articulados linguisticamente e reconstruindo fatos não articulados linguisticamente no passado. Assim, a história social não prescinde das premissas teóricas da história dos conceitos, ocorrendo entre as duas uma tensão dinâmica que deve ser preservada.

As análises de Sarlo (2007), Laclau (1996) e Palti (2007) são importantes porque põem e mantêm em voga a reflexão dos métodos e das práticas da escrita da história, que se encontra sempre em disputa, tensionada pelos acontecimentos e pelos seus silêncios (que também são história). O historiador encontra-se imerso no meio social para o qual produz seu trabalho. Sua metodologia deve estar sempre atenta aos desafios e problemas de toda e qualquer

fonte. O ressarcimento político e moral que o dever de memória carrega consigo também pode, e deve, em certos momentos, estar presente na atuação do profissional de história, principalmente quando o contexto coloca à prova suas fundamentações essenciais.

Laclau (1996) aponta como cerne de um regime democrático a manutenção de um “estado de consenso”. Em um regime democrático, a convivência de grupos conflituosos e diferentes é desejável e possível. Porém, se um desses grupos, no passado, violou as regras consensuais deste estado básico, trazendo terror e morte, como fica sua permanência e convivência no contexto presente e, ainda, sua possível condenação? E se houver a formação de identidades particularistas, ancoradas na justiça e na verdade, que ultrapassem esse estado de consenso teorizado?

Ao longo da história, a velha ordem estabelecida sempre mostrou grande capacidade de dominar movimentos revolucionários ou questionadores através de meios mais diversos (FONTANA, 2004, p. 381). O âmbito superestrutural não poderia ficar de fora deste processo. A construção de um ceticismo contribui para a “estabilização da ordem estabelecida”. A negação de um compromisso com o presente ocorre concomitantemente com a própria incapacidade de defini-lo e conhecê-lo. O questionamento das fontes e sua confrontação devem estar sempre presentes na ótica do profissional, mas estas reflexões e estes questionamentos também não podem ser obscurecidos, principalmente pelo papel social e político da história produzida. As classes dominantes não temem a história, mas os historiadores, mais precisamente aqueles os quais não podem controlar e utilizar. (FONTANA, 2004, p. 343).

Desse modo, entendemos que, no final do século XX, a permanente incidência das crises (sociais, políticas e econômicas) aumentou o peso da consciência coletiva, alterando a forma de se relacionar com o passado e verificando-se um aumento da vontade de agir sobre esse passado. Somado e incrustado a isso, está o desenvolvimento da ideia do fim da história pela vitória,

considerada absoluta, do capitalismo e de seus representantes, fator ressaltado quando observamos que isto não ficou inerente às formas de escrita da história e das percepções de tempo e espaço. A esta crise de futuro respondeu-se com um giro para o passado.

É essencial recuperar a visão de futuro e os sonhos e projetos de vida dos protagonistas silenciados e dos sobreviventes e não-sobreviventes de conflitos e regimes ditatoriais, horizontes em que eram possíveis a clarificação e a construção de novos modos de vida e em que a própria percepção desses horizontes não era obscurecida e caracterizada como inalcançável e impossível. Tal postura é mais significativa se considerarmos que, nas duas últimas décadas, a possibilidade de construir um futuro diferente da realidade vivida foi duramente combatida pela lógica do Pensamento Único e pelas suas formas de organizar o meio social, político e cultural e de apagar experiências e projetos históricos incômodos para as tendências do cenário de euforia neoliberal (RIBEIRO, 2000, p. 141-50).

A fim de ignorar o contraditório, ocultar a dinâmica social, seus conflitos e suas disputas e suprimir as contradições latentes, no passado, no presente ou no horizonte de expectativa dos indivíduos de hoje, a força difusa constituída no Pensamento Único impõe-se de forma totalizante. Cabe ao professor de história e ao historiador discutirem estes pontos de forma integrada, fomentando uma semente questionadora, transgressora, e, por que não, revolucionária, e resgatando protagonismos, projetos e contextos, como matéria-prima de uma experiência que projete um futuro diferente da lógica do atual presente.

Referências bibliográficas

- BANN, S. **As invenções da história: ensaios sobre a representação do passado**. São Paulo: UNESP, 1994.
- FONTANA, J. **A história dos homens**. Bauru: EDUSC, 2004.
- GINZBURG, C. **O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- JELIN, E. **Los trabajos de la memoria**. Madrid: Siglo Veintiuno, 2002.
- KOSELLECK, R. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.
- LACLAU, E. Universalismo, particularismo y la cuestión de la identidad. In: **Emancipación y diferencia**. Barcelona: Ariel, 1996. p. 43-68.
- PADRÓS, E. S. **Como el Uruguay no hay: terror de Estado e Segurança Nacional. Uruguai (1968-1985): do Pachecato à ditadura civil-militar**. 2005, 875f. Tese (Doutorado em História)–Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, 2005.
- PALTI, E. Temporalidade e refutabilidade dos conceitos políticos. In: JÚNIOR, J. F.; JASMIN, M.. (Org.). **História dos conceitos: diálogos transatlânticos**. Rio de Janeiro: PUCRIO; Loyola, 2007. p. 59-76.
- REIS, J. C. História e verdade: posições. In: _____. **História e teoria**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2006. p. 147-177
- RIBEIRO, L. D. T. História e pensamento único. In: LENSKIJ, T.; HELFER, N. E. (Org.). **A memória e o ensino de história**. Santa Cruz do Sul: UNISC, 2000. p. 141-150.
- RÜSEN, J. Narratividade e objetividade nas ciências históricas. **Textos de história**, v. 4, n. 1, 1996. p. 75-102.
- SARLO, B. **Tempo passado**. Cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Cia. das Letras, 2007.
- SCHAFF, A. **História e verdade**. São Paulo: Martins Fontes, 1987.
- SEWELL, W. Una teoría de estructura: dualidad, agencia y transformación. **Arxius**, n. 14, p. 145-176, jun. 2006.